



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU

Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080

Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202100828294

Número Único: 0011592-39.2021.8.25.0000

Classe: Agravo de Instrumento

Situação: Andamento

Competência: Gabinete Desa. Maria Angélica França e Souza

Órgão Julgador: 2ª CÂMARA CÍVEL

Escrivania: Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

Grupo: IV

Processo Origem: 202088100178 - 2ª Vara Cível de Socorro

Distribuição: 08/09/2021

Situações Especiais

Impedimentos / Motivo

Des. Diógenes Barreto

Afastamento sem juiz substituto

Desª. Ana Lúcia Freire de A. dos Anjos

Afastamento sem juiz substituto

Assuntos

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Recurso - Efeitos
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Tutela Provisória - Liminar
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Acidente de Trânsito
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Material - Acidente de Trânsito
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

Composição do Processo

Relator

1º Membro

2º Membro

Desa. Maria Angélica França e Souza

Dra. Simone de Oliveira Fraga(em
substituição ao Des(a) Luiz Antônio
Araújo Mendonça)

Des. Ricardo Múcio Santana de A.
Lima

Dados das Partes

Agravante: VALDSON DE OLIVEIRA SANTOS

Endereço: RDV C TACAREMA II

Complemento:

Bairro: TAIÇOCA

Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO - Estado: SE - CEP: 49160000

Advogado(a): THAYLA JAMILLE PAES VILA 1193

Agravado: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: Rua da Assembléia

Complemento: 16º andar, Ed. City Tower

Bairro: Centro

Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011000

Advogado(a): KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100828294

DATA:

08/09/2021

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Processo Judicial registrado e autuado nesta data, sob nº 202100828294, denominado Agravo de Instrumento , referente ao protocolo nº 20210903184904989, do dia 03/09/2021, às 18:49, pelo advogado THAYLA JAMILLE PAES VILA, distribuído para o(a) Relator(a) DESª. MARIA ANGELICA FRANCA E SOUZA. Assunto(s): Efeitos, Liminar , Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito, Invalidez.

 {Impedimentos efetivos: Afastados sem Juiz Substituto: Ana Lúcia Freire de A. dos Anjos, Diógenes Barreto}

LOCALIZAÇÃO:

Distribuição do 2º grau

PUBLICAÇÃO:

Não

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOCORRO/SE

Processo n. 202088100178

VALDSON DE OLIVEIRA SANTOS, devidamente qualificada nos autos da ação que move em face do **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, por seus advogados *in fine* assinados, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, interpor, com fulcro no art. 1.015, do Código de Processo Civil, o presente

AGRAVO DE INSTRUMENTO

pelos motivos de fato e de direito constantes na minuta de agravo.

Informa, por oportuno, que instrui o presente instrumento com os documentos abaixo listados, sendo que as peças processuais que instruem este recurso foram autenticadas pelos advogados subscritores, que os declaram autênticos com fundamento no art. 1.017, do Código de Processo Civil.

Documentos que instruem o Agravo:

- Petição inicial
- Procuração outorgada aos advogados do agravante
- Decisão agravada
- Publicação

Requer ainda que seja recebido e processado o presente Agravo, concedendo-se ao presente, nos moldes do art. 1.019, I, do CPC, efeito suspensivo ativo, para que ao final seja dado provimento a este recurso, intimando-se o agravado para, querendo, apresentar sua contraminuta.

Termos em que, pede deferimento.

Campo Grande, 3 de setembro de 2021.

Arthur Andrade Coldibelli Francisco
OAB/MS 16.303

Thayla Jamille Paes Vila
OAB/SE 1.193-A

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**MINUTA DE AGRAVO**

Agravante: VALDSON DE OLIVEIRA SANTOS

Agravado: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A

Ação n. 202088100178

Origem: 2ª Vara Cível de Socorro/SE

Egrégio Tribunal,
Colenda Turma,
Ínclitos Julgadores.

I – DOS FATOS

Primeiramente, impende destacar que a Parte Autora propôs Ação de Cobrança de Seguro DPVAT em face de Seguradora Líder Do Consórcio Do Seguro DPVAT S/A a fim de receber valores não pagos corretamente à título de indenização securitária.

Porém, o MM. Juiz *a quo*, em decisão interlocutória, decidiu por indeferir o pedido de redesignação de perícia solicitado pela parte autora.

Indene de dúvidas que a referida decisão não merece prosperar, afinal é indubitável que só a perícia determinará o grau da sequela causada pelo acidente, razão pela qual o presente indeferimento acarreta claro cerceamento de defesa.

II – PRELIMINARMENTE

II.1 – DA TEMPESTIVIDADE

Tendo em vista que o prazo para a interposição de Agravo de Instrumento é de 15 (quinze) dias, tempestivo é o presente recurso.

III – DO CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

O deferimento ou indeferimento da prova pericial não está incluída no rol taxativo do artigo 1.015 do CPC/2015. No entanto, no REsp 1.729.794/SP Recurso Repetitivo Tema 988 firmou-se o entendimento de que o rol é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

No caso dos autos, verificada a urgência, tendo em vista que a prova pericial é necessária para o deslinde do feito.

IV – DO MÉRITO

Conforme mencionado, deve ser revista a decisão que indeferiu a redesignação da perícia, tendo em vista a ausência motivada do autor à perícia anteriormente designada nos autos.

Assim, não merece razão o encerramento da instrução processual, haja vista que a prova é indispensável para a conclusão do feito.

Ainda acerca da decisão do d. Magistrado *a quo*, se faz necessário ampliar a discussão esposada, posto que no em seu bojo decisório entendeu que a parte autora deveria ter comparecido à perícia designada em localidade diversa daquela em que reside.

Entretanto, a discussão se faz mais complexa do que se aparenta, visto que o mundo encontra-se em situação de pandemia, sendo certo que os deslocamentos encontram-se prejudicados, além da forte crise econômica que assola o país.

Nessa consoante, verifica-se que a parte autora já se encontrava lesionada, ou seja, com capacidade laborativa menor do que convencionado como “normal”, acarretando em maior dificuldade de conseguir um vínculo empregatício, além do já mencionado acima.

Diante dos fatídicos acontecimentos, a parte ficou impossibilitada de comparecer a perícia agendada anteriormente, ademais é inquestionável o interesse da parte no comparecimento, no entanto ter que se deslocar a outra comarca, por mais próxima que seja, para quem está com problemas econômicos, configura em impossibilidade o fazer

Ora, para que haja sopeso de provas é necessário que elas estejam nos autos. De fato, ao juiz é facultado a valoração das provas, nada obstante é indispensável que elas existam nos autos para aí então serem objetos de análise.

Neste sentido, in verbis:

Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.

Art. 464. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

§ 2º De ofício ou a requerimento das partes, o juiz poderá, em substituição à perícia, determinar a produção de prova técnica simplificada, quando o ponto controvertido for de menor complexidade.

Neste sentido, tendo sido solicitada a prova pericial, não há como o juiz simplesmente indeferi-la, ainda mais diante das incongruências acima demonstradas. Há de se recordar também que, o Código de Processo Civil admite apenas algumas hipóteses de indeferimento, senão vejamos:

Art. 420. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.

Parágrafo único. O juiz indeferirá a perícia quando:

- I - a prova do fato não depender do conhecimento especial de técnico;
- II - for desnecessária em vista de outras provas produzidas;
- III - a verificação for impraticável.

Quanto à hipótese número um, não é preciso delongas, foi demonstrado aqui que o conhecimento acerca do grau de sequela causada pelo acidente só é possível através de um olhar técnico, olhar este que o douto juiz não possui.

A hipótese número dois também merece atenção singela, afinal, uma vez que, é ponto controvertido o grau de lesão sofrida pela parte autora, resta óbvio que não há outra prova nos autos capaz de suprir tal questão – restando apenas à prova pericial a solução de tal controvérsia.

Acerca do ponto três não há contra-argumentos capazes de defender a inviabilidade da produção da prova pericial, afinal, esta prova é praticada em inúmeros processos semelhantes.

Ad argumentandum tantum, além do rol específico de possibilidades de indeferimento da prova pericial, há a hipótese processual de dispensa probatória (Art. 334, CPC) – que não se enquadra no presente caso, afinal, como o próprio juiz disse, ainda há pontos controvertidos nos autos.

Portanto, é inegável que, ao indeferir a prova pericial, agiu, o douto juiz, de modo contrário à lei processual, praticando, portanto, cerceamento de defesa.

Neste sentido é imperioso destacar que, o dito indeferimento da prova pericial pressupõe ofensa ao princípio da Ampla Defesa. (Art. 5, inc. LV, CF/88), princípio constitucional que garante as partes a ampla produção de provas para provar o alegado – as possibilidades constitucionais de garantir às partes revela o motivo de a lei federal processual estabelecer limites específicos para o indeferimento de uma prova pericial, limites não respeitados pela decisão aqui combatida.

V - DO PREQUESTIONAMENTO

Prequestiona-se, a fim de que sejam interpostos eventuais recursos aos tribunais superiores. Neste sentido requer o pronunciamento da matéria constitucional acerca cerceamento de defesa no indeferimento da prova pericial solicitada, tendo em vista ser ofensa ao artigo Art. 5, inc. LV, CF/88; bem como ao artigo 420 do CPC, norma federal que rege o processo.

VI – DOS PEDIDOS

Do exposto, a Parte Agravante requer que seja o presente Agravo de Instrumento RECEBIDO, PROCESSADO e PROVIDO.

Requer-se também:

- a) A juntada dos documentos que instruem o presente agravo;
- b) Seja intimado o D. Magistrado de primeira instância para que, entendendo conveniente, exerça o juízo de retratação;
- c) Seja concedido o efeito suspensivo no presente Agravo, nos termos do art. 1.019, I, do CPC;
- d) Caso entendam por necessário, seja intimado o Agravado, para que querendo manifeste no presente Recurso.
- e) Seja a decisão interlocutória reformada a fim de que seja determinada a realização da Perícia Técnica Judicial.
- f) Requer que seja ratificada a gratuidade processual para este recurso, nos termos do § 7º, do art. 99, do Código de Processo Civil.

Requer por fim, que todas as intimações e publicações sejam realizadas, **exclusivamente**, em nome dos advogados **ARTHUR ANDRADE FRANCISCO - OAB/MS 16.303**, e **THAYLA JAMILLE PAES VILA - OAB/SE 1.193**, sob pena dos efeitos de nulidade.

Termos em que pede deferimento.

Campo Grande, 3 de setembro de 2021.

Arthur Andrade Coldibelli Francisco
OAB/MS 16.303

Thayla Jamille Paes Vila
OAB/SE 1.193-A

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Nome Rafael de Oliveira Santos,
nacionalidade Brasileiro, estado civil Solteiro, profissão Advogado,
inscrito no CPF 035.216.165-50 e RG 1568967, residente e domiciliado na
Rua C n. 122,
bairro Parque do Sol, CEP 49160-000 na cidade de Novo Lacerdo

OUTORGADOS: COLDIBELLI ADVOGADOS sociedade de advogados inscrita sob n. de ordem 672/2014, inscrita no CNPJ n. 22.251.902/0001-33, neste ato representada por seus sócios, "ARTHUR ANDRADE FRANCISCO, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 16.303 "e" RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO FILHO, brasileiro, divorciado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 15.878" e THAYLA JAMILLE PAES VILA, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/MS sob o n. 16.317, todos com endereço profissional na Avenida Alvorada, n. 121, CEP 79.002-520, Campo Grande (MS), Telefone: (67) 3211-9972 / 3211-9973, na Rua Porto Alegre, n. 259, Bairro Siqueira Campos, sala 01 CEP 49.075-480, Aracaju - SE, e, Tv. Independência, n. 52, CEP 49.200-000, Estância - SE.

PODERES ESPECÍFICOS: para o foro em geral, previstos no art. 5º e parágrafos, da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a OAB), inclusive quanto aos poderes especiais de que tratam o art. 105 do CPC, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, exceto receber citação, que também são outorgados, para praticar todos os atos necessários à defesa do interesse do outorgante, incluindo as cláusulas **EXTRA** e **AD JUDICIA**, para representação em juízo ou fora dele, em qualquer instância ou alçada, podendo praticar todos os atos que se fizerem necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo, inclusive, substabelecer com ou sem reservas os poderes ora outorgados, além de requerer justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do artigo 105 do NCPC/15 e da súmula do TST 463, bem como com poderes para negociar e transigir, nos termos do artigo 334, parágrafo 10. **ESPECIALMENTE** para propor

João Paulo de 16 / 01 / 2020

X. Affs - de Oliveira Santos

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 - Campo Grande - MS
Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;
Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim - MS;
Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 - Aracaju - SE;
Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 - Estância - SE.

CONTRATO DE HONORÁRIOS

Pelo presente instrumento particular de **CONTRATO DE HONORÁRIOS**, de um lado **COLDIBELLI ADVOGADOS** sociedade de advogados inscrita sob n. de ordem 672/2014, inscrita no CNPJ n. 22.251.902/0001-33, neste ato representada por seus sócios, **"ARTHUR ANDRADE FRANCISCO"**, brasileiro, solteiro, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 16.303 "e" **RAFAEL COLDIBELLI FRANCISCO FILHO**, brasileiro, divorciado, advogado, regularmente inscrito na OAB/MS sob o n. 15.878" e **THAYLA JAMILLE PAES VILA**, brasileira, casada, advogada, regularmente inscrita na OAB/MS sob o n. 16.317, todos com endereço profissional na Avenida Alvorada, n. 121, CEP 79.002-520, Campo Grande (MS), Telefone: (67) 3211-9972 / 3211-9973, e, na Rua Porto Alegre, n. 259, Bairro Siqueira Campo, CEP 49.075-480, Aracaju - SE doravante denominados **CONTRATADOS** e de outro lado, Nome Waldemar de Oliveira Santos, nacionalidade Brasileiro, estado civil Solteiro, profissão Advogado, inscrito no CPF 035.216.165-50 e RG 156 89 67, residente e domiciliado na Rua C, n. 122, bairro Barão de São, CEP 14.160.000 na cidade de N. Sra. Solange, neste ato doravante denominado **CONTRATANTE**, tem justo e contratado, mediante as cláusulas e condições, o seguinte:

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA

OS **CONTRATADOS** obrigam-se a apresentar ação/defesa em requerendo e promovendo os meios e recursos dos interesses do **CONTRATANTE**, em primeira e segunda instâncias.

§1º. declara o **CONTRATANTE** que para os devidos fins, não possui advogado constituído, nem tampouco forneceu procuração acerca da ação acima citada, ainda que manterá os **CONTATOS TELEFÔNICOS E ENDEREÇOS ATUALIZADOS**, com os respectivos **CONTRATANTES**, caso este mude de residência e/ou telefone para contato, e não forneça aos Advogados, o contratado será rescindido por parte do **CONTRATANTE**, além da aplicação da multa de rescisão do contrato conforme linhas abaixo.

§2º. O **CONTRATANTE** reconhece já haver recebido a orientação preventiva comportamental e jurídica para a consecução dos serviços, fornecerá aos **CONTRATADOS** os documentos e meios necessários à comprovação processual do seu pretendido direito.

§3º. Nas ações em que for assinada **DECLARAÇÃO HIPOSSUFICIÊNCIA**, ficam desde já os **CONTRATANTES** cientificados de que fica condicionado ao deferimento do pedido pelo Magistrado. Na hipótese de não ser aceito o pedido de justiça gratuita deverá ser recolhido pelos **CONTRATANTES** as custas processuais e demais despesas que se fizerem necessárias no decorrer do processo.

§4º. É responsabilidade do **CONTRATANTE** fornecer todos os documentos necessários para a propositura da ação, bem como quaisquer outros documentos solicitados pelo escritório, no prazo máximo de 90 dias. O não cumprimento do referido prazo acarreta rescisão automática do presente contrato e o arquivamento administrativo da pasta, isentando ainda os **CONTRATADOS** de qualquer penalidade/prejuízo que possa ocorrer em razão da ausência de documentos.

CLAUSULA SEGUNDA

As atividades incluídas na prestação de serviço objeto deste instrumento são todas aquelas inerentes à profissão, quais sejam:

§1º. Praticar quaisquer atos e medidas necessárias e inerentes a causa, em todas as repartições públicas da União, dos Estados ou dos Municípios, bem como órgãos a estes ligados direta ou indiretamente, seja por delegação, concessão ou outros meios, bem como de estabelecimentos particulares.

§2º. Praticar todos os atos inerentes ao exercício da advocacia e aqueles constantes no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os especificados no Instrumento Procuratório.

DOS HONORÁRIOS

CLAUSULA TERCEIRA

O **CONTRATANTE** pagará aos **CONTRATADOS** ao final da demanda 30% dos valores dos benefícios econômicos.

§1º. Os valores serão depositados no banco BRADESCO na Agência 2202 Conta Corrente 0003895-4.

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 - Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973,

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim - MS,

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 - Aracaju - SE,

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 - Estância - SE.

§2º. As partes estabelecem que havendo atraso no pagamento dos honorários, serão cobrados juros de mora na proporção de 1% (um por cento) ao mês.

§3º. A respectiva quitação será dada quando da emissão da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços com quitação total e/ou mediante recibo.

§4º. Todos os valores referentes a honorários são em sua natureza de 35% referentes a custos administrativos não incluindo impostos sobre o mesmo.

§5º. Em caso de encerramento do processo antes da homologação do presente contrato, se dará automaticamente vencida de forma antecipada devendo o CONTRATANTE, realizar o referido pagamento no momento em que receber a importância de seu crédito judicial e ou com trânsito e julgado.

CLAUSULA QUARTA

Deixando motivadamente, de ter o patrocínio deste causídico, ora contratado, o valor prestado inicialmente na propositura da Ação/Defesa reverter-se-á em favor do mesmo, sem prejuízos de posteriores cobranças judiciais, em face do CONTRATANTE.

Parágrafo Único. Em caso de desistência antes da propositura da Ação/ Defesa ficam os honorários estabelecidos em R\$ 2.500,00, em caso de ações indenizatórias o valor cobrado para rescisão de contrato será de 10 vezes o valor retro mencionado pela consulta prestada.

CLAUSULA QUINTA

Os honorários de sucumbência pertencem aos **CONTRATADOS**.

Parágrafo Único. Caso haja morte ou incapacidade civil dos **CONTRATADOS**, seus sucessores ou representante legal receberão os honorários na proporção do trabalho realizado.

CLAUSULA SEXTA

Havendo acordo entre o **CONTRATANTE** e a parte contrária, não prejudicará o recebimento dos honorários contratados e da sucumbência, caso em que os honorários iniciais e finais serão pagos aos **CONTRATADOS**.

DAS DESPESAS

CLAUSULA SÉTIMA

As custas e despesas judiciais se houver, correrão por conta do **CONTRATANTE**, que fornecerá as importâncias que se tornarem necessárias, ficando os **CONTRATADOS** obrigados a apresentação de comprovantes de tais despesas.

DOS ATOS PROCESSUAIS

CLAUSULA OITAVA

Havendo necessidade de contratação de outros profissionais, no decurso do processo, os **CONTRATADOS** elaborarão substabelecimento, indicando escritório de seu conhecimento, restando facultado ao **CONTRATANTE** aceitá-lo ou não.

Acertando, ficará sob a responsabilidade, única e exclusivamente do **CONTRATANTE** no que concerne aos honorários e atividades a serem exercidas.

DA MANUTENÇÃO ANUAL DO PROCESSO

CLAUSULA NONA

O **CONTRATANTE** pagará aos **CONTRATADOS** em forma de manutenção processual, uma taxa anual no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) em quanto o processo perdurar, sendo tal valor pago anualmente.

DA RESCISÃO

CLAUSULA DÉCIMA

Agindo o **CONTRATANTE** de forma dolosa ou culposa em face dos **CONTRATADOS**, restará facultado a este, rescindir o contrato, substabelecendo sem reserva de iguais e se exonerando de todas obrigações.

DO FORO

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As partes contratantes elegem o foro desta cidade de Campo Grande - MS, para todas as questões decorrentes do presente contrato, qualquer que seja o seu futuro domicílio.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em duas vias e igual teor e na melhor forma de direito, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram.


CONTRATANTE

CONTRATADO

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 - Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim - MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 - Aracaju - SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 - Estância - SE.

DECLARAÇÃO PARA BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Eu, Rolando de Oliveira Santos,
nacionalidade Boliviano, estado civil solteiro, profissão MobBuy,
inscrito no CPF 035.216.165.50 e RG 15.689.67, residente e domiciliado a
Rua C, n. 122, bairro
Monção do Povo CEP 79.160-000 na cidade de N. São do Sertão
DECLARA, nos termos do artigo 5º, inciso, LXXIV, da Constituição Federal, c/c art. 4º da Lei
n. 1.060, de 05 de fevereiro de 1950 e artigo 98º e seguintes da Lei 13.105/2015 do NCPC: para
os devidos fins, que é pobre na acepção jurídica do termo, não dispondo no momento de
condições econômicas para arcar com **eventual ônus processual**, ou seja, especialmente **pagar**
as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do próprio sustento e de
sua família. Requeiro, ainda que os benefícios abranjam a todos os atos do processo.

Por ser expressão de verdade, e com base na **Lei 7.115**, de 29 de agosto de
1983, está assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima prestadas, sob as penas
da lei, assinando a presente declaração, buscando assim, os benefícios da justiça gratuita.

João /sc 06/01/2020

[Assinatura]
Declarante

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE

VALDSON DE OLIVEIRA SANTOS, brasileiro, solteiro, motoboy, inscrito no CPF sob n. 035.216.165-50, portador do RG n. 1569867 SSP/SE, residente e domiciliado Rua C, nº 122, Bairro Parque dos Faróis, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP 49160-000, vem *mui* respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seus advogados que esta subscrevem (procuração anexa), ajuizar a presente.

<p align="center"><u>ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT</u></p>
--

Em face de **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, com sede na Rua da Assembléia, 100, 16º andar, Ed. City Tower, Centro, CEP: 20011-000, Rio de Janeiro, RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos que ora passa a expor:

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS
Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;
Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;
Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;
Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

I – DOS FATOS

A Parte Autora sofreu acidente de trânsito, motocicleta x pedestre, no dia 19.01.2019, por volta das 18h:10m, enquanto transitava pelo Km. 92 da BR-101. Conforme consta em Boletim de Ocorrência de nº 19003372B01, o requerente estava conduzindo uma motocicleta jta/Suzuki GSR 150i, de placa QkR7486, quando atropelou um pedestre que de forma inadvertida atravessava a via. Com o choque o requerente e seu o passageiro vieram a cair e lesionaram-se. O SAMU fora acionado, e o requerente conduzido, diante das graves lesões, ao Hospital Governador João Alves Filho, sendo constatado no momento oportuno **“Fratura de mandíbula (CID S02.6)”**.

Como mostra o Prontuário Médico, a Parte Autora foi atendida no hospital em razão do acidente de trânsito sofrido, diante disso faz jus ao recebimento da Indenização do Seguro obrigatório – DPVAT em razão das lesões e permanentes que lhe afetam. Sendo que uma análise mais detalhada é encontrada nas páginas do prontuário médico, onde se descreve em termos médicos os procedimentos.

Em razão do ocorrido, pleiteou administrativamente junto à Requerida o pagamento de indenização securitária, recebendo como compensação pelo evento, a quantia de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**. (doc. anexo).

Entretanto, a quantia supracitada, atinente ao seguro DPVAT, paga pela Requerida, não se mostra proporcional à extensão dos danos sofridos pela Parte Autora, uma vez que do fatídico resultou danos a maior, muito além dos relatados anteriormente, o que de toda sorte propicia a Parte Requerente o pagamento do benefício securitário (indenizatório) em valor superior ao liquidado em momento pretérito.

Cumpre destacar que a Parte Autora encaminhou todos os documentos exigidos para a abertura do processo administrativo, o que em consequência ensejou na liberação da quantia disposta linhas acima.

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n, 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

De outro tanto, no exórdio do processo administrativo, que possibilita aos vitimados o pagamento de benefício securitário, não é necessária a apresentação de um laudo médico conclusivo, que demonstre se houve ou não lesão permanente, ainda, qual seria o grau da mesma, bastando para tanto que seja apresentado o B.O (boletim de ocorrência), na qual conste a informação de que as lesões apresentadas se deram em detrimento de acidente ocasionado por veículo terrestre, fato este que se amolda perfeitamente ao caso apresentado.

A respeito do assunto abordado, é sempre oportuno relembrar, que o corpo humano é dividido classicamente em cabeça e pescoço, tronco e membros, nos termos abaixo:

1. **Cabeça e pescoço** - inclui tudo que está acima da abertura torácica superior.
2. **Membro superior** - inclui a mão, antebraço, braço, ombro, axila, região peitoral e região escapular.
3. **Tórax** - é a região do peito compreendida entre a abertura torácica superior e o diafragma torácico.
4. **Abdômen** - é a parte do tronco entre o tórax e a pelve.
5. **Costas** - a coluna vertebral e seus componentes, as vértebras e os discos intervertebrais.
6. **Pelve e períneo** - sendo aquele a região de transição entre tronco e membros inferiores e este a região superficial entre sínfise púbica e cóccix.
7. **Membro inferior** - geralmente é tudo que está abaixo do ligamento inguinal, incluindo a coxa, articulação do quadril, perna e pé. (grifou-se).

É patente dizer que, no caso em apreço, a parcela securitária no valor de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, paga a Parte Autora, como sendo suficiente pelos danos experimentados, destoa da realidade, sendo que a gravidade das lesões sofridas, supera o ajuste efetuado anteriormente, merecendo nova apreciação/enquadramento, o que será demonstrado linhas abaixo.

Posto isto, não lhe restou alternativa, senão procurar a tutela jurisdicional para ter seus direitos resguardados, haja vista que do ato negligente praticado pela Empresa Requerida, veio lhe acarretar diversos prejuízos, os quais serão considerados linhas abaixo.

II - PRELIMINARMENTE

II.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Inicialmente, faz-se necessário demonstrar a Legitimidade Passiva para a presente causa, tendo em vista ser uníssono o entendimento de que, qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Seguradora Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, tudo nos termos do art. 7º, da Lei n. 8.441/92, *in verbis*:

Art 7º. A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

§1º. O consórcio de que trata este artigo poderá haver regressivamente do proprietário do veículo os valores que desembolsar, ficando o veículo, desde logo, como garantia da obrigação, ainda que vinculada a contrato de alienação fiduciária, reserva de domínio, *leasing* ou qualquer outro.

Neste tocante, a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica, senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.

(STJ - REsp: 401418 MG 2001/0194323-0, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 23/04/2002, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 10.06.2002 p. 220)

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

Portanto, nota-se que é entendimento pacífico na Jurisprudência pátria que, o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela Resolução 1/75, do CNSP. Analisa-se o seguinte julgado que corrobora ao entendimento:

FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Por todo explanado, é o entendimento razoável que, a Parte Autora deve ter sua problemática dirimida pela **SEGURADORA LÍDER**.

II.2 – DO INTERESSE DE AGIR

Quanto a eventual alegação por Parte da Requerida, no que tange a matéria da falta de interesse de agir da Parte Autora, a Constituição Federal assegura, em seu art. 5º, XXXV, abaixo:

Art. 5º. *omissis*

(...)

XXXV - A lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito.

Deste modo, a Parte Autora não é obrigada a se submeter às "vaidades" administrativas das seguradoras do convênio DPVAT para ver atendido seu direito legal. Assim, suscitar a falta de INTERESSE DE AGIR, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal, tal entendimento pode-se verificar através da jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. IRRELEVÂNCIA. SENTENÇA NULA. RECURSO PROVIDO. Em se tratando de pagamento do seguro obrigatório DPVAT, não é necessário o esgotamento da esfera administrativa para o recebimento da indenização, tendo a parte interessada prerrogativa de ajuizar a demanda diretamente perante o Poder Judiciário. (TJ/MS; 4ª Câmara Cível; Rel. Des. Paschoal Carmello Leandro; Apelação nº 0821049-37.2012.8.12.0001 – Campo Grande; Julgado em 10.12.2013 – grifou-se).

Importante salientar que, as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT sempre dificultam o pagamento de sua obrigação por via administrativa, solicitando vasta documentação, o que por sua vez prorroga ao máximo o pagamento da indenização devida. Não obstante, quando ocorre o pagamento, não cumprem a legislação vigente em razão da mora. Logo, não está obrigado a Parte Autora a receber valor inferior ao Legal ou de modo exclusivo ao administrativo, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.

III – MÉRITO

A previsão legal do pedido encontra-se na Lei 6.194/74, que "*dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*", com a última alteração da lei 11.945/09. Vejamos o que anota tal Diploma Legal:

Art. 3. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§2º. Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§3º. As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Cumprir destacar que a Parte Autora encaminhou todos os documentos exigidos para a abertura do processo administrativo, o que em consequência ensejou na liberação da quantia disposta.

É patente dizer que, no caso em apreço, a parcela securitária no valor de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, pagos ao Requerente como sendo suficiente pelos danos experimentados destoa da realidade, uma vez que, a gravidade das lesões sofridas supera o ajuste efetuado anteriormente, merecendo nova apreciação/enquadramento, o que será demonstrado linhas abaixo.

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

Nota-se, da tabela/anexo I, constante da Lei sob nº 6.194/74, devidamente modificada pela Lei 11.487/07, que a gravidade da lesão sofrida pela parte Autora, faz jus ao pagamento de indenização na proporção de 100% (cem por cento) do teto da remuneração paga pelo Seguro DPVAT, ou seja, **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Isto porque se enquadra no seguinte quesito: Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital, conforme explicitado abaixo:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100

Indubitável que, a quantia paga em momento pretérito pela Requerida não se coaduna com a atual situação do vitimado, quando ao revés, deveria ter recebido valor além do pago em momento pretérito.

Como se vê nos termos exegéticos, indubitável é a aplicação do percentual acima mencionado, afinal a lesão ocorreu em um membro importante para o cotidiano da vítima, portanto, sem sombra de dúvidas, enquadra-se no quesito **“Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais”** da Lei.

De outro viés, as consequências pós-draumáticas em fraturas deste tipo são de fato prejudiciais ao pleno desenvolvimento funcional, afinal quando se está a falar de uma lesão de tal magnitude, inevitavelmente menciona-se o comprometimento de todo e qualquer movimento, ou de membros que exigem o pleno desenvolvimento deste.

Neste ínterim, evidenciado o dano sofrido no evento, incontestável que a Parte Autora faz jus ao enquadramento com o percentual previsto na tabela constante da Lei nº 6.194/74, de 100% (cem por cento), almejando este Autor **somente a justa indenização**.

IV - DO VALOR INDENIZATÓRIO DO SEGURO DPVAT

Nesta corrente, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Autora, cabe a ele a fixação do seguro DPVAT em 100% (cem por cento) do máximo previsto, conforme laudo médico em anexo, o que será confirmado pela perícia a ser realizada posteriormente.

Acerca do assunto já se posicionou este egrégio Tribunal de Justiça:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - QUANTUM INDENIZÁVEL - APLICAÇÃO DA LEI N. 11.945/09 - POSSIBILIDADE - PRINCÍPIO DO TEMPUS REGIT ACTUM - DISTINÇÃO ENTRE INVALIDEZ TOTAL OU PARCIAL - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. A redação do art. 3º da Lei 6.194/74, recentemente alterado pela Lei 11.945/09, é aplicável aos fatos ocorridos após sua entrada em vigor, ou seja, 15 de dezembro de 2008. Como, no presente caso, o sinistro data de 18.01.2009, deve ser levado em consideração o grau de comprometimento do membro, sentido ou função, quando do arbitramento do quantum da indenização. Recurso conhecido, porém improvido. Decisão mantida. (TJMS - Apelação Cível - Sumário - N. 2010.014828-4/0000-00 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. João Maria Lós - 1ª Turma Cível - Julgamento 21.09.2010). (grifou-se).

Ao dispor sobre os requisitos necessários ao recebimento da indenização do seguro obrigatório, a Lei n. 6.194/74, em seu artigo 5º, expressamente condiciona a procedência do pedido à simples prova do acidente e do dano decorrente, *in verbis*:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de

responsabilidade do segurado. (grifou-se)

De fato, não resta dúvida que a Parte Autora sofreu acidente automobilístico na data relacionada no B.O, já citado, a mesma que se encontra no prontuário médico emitido pela Unidade de Saúde.

Acerca do tema, a jurisprudência é dominante, no seguinte sentido:

E M E N T A - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO SOB A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 451/2008 CONVERTIDA NA LEI N. 11.945/2009. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO FIXADA NA TABELA ANEXA À REFERIDA LEI. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. As indenizações por invalidez permanente decorrentes de acidente automobilístico ocorrido após a entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008, posteriormente convertida na Lei n. 11.945/2009, devem ser pagas de acordo com a tabela contida na referida Lei de regência. No que tange à correção monetária, não obstante tenha me posicionado em outras oportunidades no sentido de que sua incidência, nesses casos, deveria se dar a partir da data do sinistro, entendo que o critério mais adequado é aquele que prevê considerar a atualização do montante de R\$ 9.450,00 de modo a fazê-lo retroagir à data de vigência da Medida Provisória n. 340/2006, sob pena de tornar inócuo o objetivo da legislação que regulamenta a questão, a qual possui nítido caráter. Contudo, não tendo havido recurso da parte autora nesse sentido, deve ser mantida a data da incidência da correção consoante consta na decisão recorrida.
(TJMS - Apelação Cível - Ordinário - N. 2012.019797-7 - Três Lagoas - Rel. - Exmo. Sr. Des. SÉRGIO FERNANDES MARTINS - 1ª Câmara Cível - Julgamento 17.07.2012). (grifou-se).

Desse modo, nos termos da Lei nº 6.194/74, cabe à parte Autora o pagamento de indenização de 100% (cem por cento), valor máximo do seguro DPVAT, qual seja, **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos)**, o que se confirma pela simples análise detida dos documentos acostados, o que será confirmado pela perícia a ser realizada.

Desta forma, o não pagamento do valor devido ao Requerente, proporcional à extensão de danos sofridos por este último, encontra óbice no entendimento já pacificado do Superior Tribunal de Justiça, conforme a Súmula 474: “*A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez*”.

De mais a mais, resta visível que a quantia de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, pagos ao requerente anteriormente, não se retrata na atual situação daquele, uma vez que teria direito ao recebimento da quantia de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, haja vista a dor e graves ferimentos experimentados.

V - DA PERÍCIA

A medida cabível para a atual situação da Parte Autora é a verificação das lesões suportadas pela mesma, através da realização de um laudo médico/perícia, que apure a real situação do segurado.

Desta forma, se faz necessário o levantamento de dados, apuração do grau de invalidez do mal experimentado pela Parte Requerente, o que se dará por intermédio de uma perícia médica específica.

No caso em tela se faz imperioso, num primeiro momento, apontar a real situação do vitimado e a gravidade das lesões sofridas, para posterior caracterização do valor pertinente ao enquadramento da indenização.

Assim, de forma a demonstrar o grau de invalidez acometida pela Parte Autora, deve ser realizado exame médico pericial, o qual apontará a natureza das lesões mencionadas, para, em momento posterior, concluir sobre a classificação dos danos, segundo a tabela exposta na Lei n. 6.194/74.

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

VI – DA APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA

No presente caso verifica-se que o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres é um serviço posto à disposição do consumidor pela seguradora. Assim, a relação jurídica entre o segurado e a seguradora, ora Ré, é nitidamente uma relação de consumo protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

O CDC é nítido ao dispor que fornecedor é toda pessoa, pública ou privada, que disponibilize produtos ou forneça serviços, inclusive de natureza securitária, equiparando-se aos consumidores todas as vítimas do evento, tais como o beneficiário do seguro obrigatório (DPVAT), vitimado em acidente causado por veículo automotor.

Acerca do tema, a jurisprudência tem entendido no seguinte sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. COMPLÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). - CDC. APLICABILIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. - PERÍCIA. REQUERIMENTO DO AUTOR. HONORÁRIA. INTERLOCUTÓRIO COM DETERMINAÇÃO PARA A SEGURADORA PAGAR A PERÍCIA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 33, DO CPC. AUTOR BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. ART. 3º, V, DA LEI N. 1.060/50. RECOLHIMENTO AO FINAL. - DECISÃO REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Embora não seja típica relação securitária, é aplicável o Diploma Consumerista aos seguros obrigatórios, notadamente porque as partes se enquadram nos conceitos de fornecedor e consumidor (arts. 2º e 3º do CDC). Possível, ademais, a inversão do ônus da prova, mormente quando ausente qualquer impugnação específica quanto ao preenchimento de seus requisitos. - "Na linha da jurisprudência da Corte, a inversão do ônus da prova, deferida nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, não significa transferir para a parte ré o ônus do pagamento dos honorários do perito, embora deva arcar com as conseqüências de sua não-produção." (STJ. Recurso especial n. 651.632/BA,

Terceira Turma. Rel. Min. CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, j. em 27.03.2007).

(TJ-SC - AI: 522545 SC 2010.052254-5 - Blumenau, Quinta Câmara de Direito Civil; Relator: Henry Petry Junior, Data de Julgamento: 06/09/2011, grifou-se, sic).

Destaca-se que não pairam dúvidas sobre a relação consumerista entre as partes, devendo, ademais, ser concedida a inversão do ônus de prova, conforme dispõe o art. 6º, inciso VIII, do CDC. Cite-se:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

De mais a mais, verifica-se a verossimilhança das alegações, diante da gravidade das lesões sofridas pela Parte Requerente, demonstradas pelo prontuário médico, e Boletim de Ocorrência.

Nesse sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. APLICABILIDADE DO CDC. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO IML PARA ATESTAR A EXISTÊNCIA DE INVALIDEZ. ART. 5º, § 5º DA LEI 6.194/74. IMPOSSIBILIDADE. VIA ADMINISTRATIVA. PERÍCIA JUDICIAL. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA E CELERIDADE PROCESSUAL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O seguro DPVAT está então inserido em contrato tipicamente de consumo, sujeito às normas expressas pelo CDC, que admite, como forma de facilitação da defesa dos direitos do consumidor, a inversão do ônus da prova, desde que presentes os requisitos da verossimilhança das alegações do consumidor e a comprovação de sua hipossuficiência.

2. O laudo do Instituto Médico Legal é colocado à disposição da vítima

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

para que esta possa pleitear a indenização pela via administrativa de modo que a realização da perícia judicial não afronta o contido no artigo 5º, § 5º da Lei 6.194/74, até porque tal prova será produzida sobre o crivo da ampla defesa e do contraditório.

(TJ-PR - AI: 7323020 PR 0732302-0, 10ª Câmara Cível; Relator: Arquelau Araujo Ribas, Data de Julgamento: 12/05/2011, grifou-se)

Dessa forma, necessário o reconhecimento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao caso em tela, bem como o mister de ser realizada a inversão do ônus da prova.

Ademais, na hipótese de não se entender pela aplicação do CDC ao caso concreto, ainda assim deve ser realizada a inversão do ônus da prova, visto que a situação de direito material do caso em tela autoriza que o referido ônus seja tratado de forma diferenciada.

Nesse sentido, está caracterizada a vulnerabilidade técnica e a hipossuficiência da Parte Autora, diante da dificuldade de suportar os encargos para a produção da prova pericial, necessária à demonstração dos fatos constitutivos de seu direito¹.

VII– DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Por fim, pretende a Parte Autora que lhe seja concedida os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do inciso LXXIV, do art. 5º, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 5º. omissis

(...)

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

Bem como nos termos do art. 99º, parágrafos 1ª, 3ª e 4ª, da Lei 13.105/15, conforme *in verbis*:

¹ MARINONI, Luis Guilherme; e ARENHART, Sérgio Cruz. Código de Processo Civil, vol 2, processo de conhecimento, 6ª ed., São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 2007, página 267.

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 1º Se superveniente à primeira manifestação da parte na instância, o pedido poderá ser formulado por petição simples, nos autos do próprio processo, e não suspenderá seu curso.

(...)

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

E da Lei 7.115, de 29.08.1983, visto que é desprovida de recursos suficientes para arcar com as despesas processuais oriundas da demanda, consoante declaração de hipossuficiência anexa, quais sejam, **pagar às custas do processo e os honorários de advogado**, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

VIII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

a) Julgar procedente, em sua totalidade os pedidos formulados na presente peça processual, CONDENANDO a empresa Ré ao pagamento da indenização do Seguro obrigatório no valor total correspondente a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a ser corrigido com juros a partir da citação, nos termos da Súmula 426 do STJ e correção monetária desde a data do acidente, de acordo com as súmulas 43 e 54 do mesmo códex, descontando da quantia supracitada o importe de **R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, recebido administrativamente;

b) Subsidiariamente, condenar a Requerida ao pagamento em valor proporcional à gravidade da lesão apurada em exame medico pericial;

c) Caso constatado em perícia médica realizada que a parte autora permaneceu com a mesma lesão da esfera administrativa (pagamento administrativo), que seja a Requerida

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n, 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.

condenada ao pagamento dos juros e correção monetária nos termos da Súmula n. 580 c/c Súmula n. 426 ambas do STJ, uma vez que a Ré ao efetivar o pagamento administrativo não realiza a atualização dos valores a partir da data do acidente, adimplindo apenas o valor principal da tabela;

d) Determinar a citação da Requerida, conforme previsto no artigo 280 NCPC, no endereço preambularmente aposto, para que apresente contestação nos moldes exigidos;

e) Diante da nova exigência do NCPC, como no presente caso nunca há conciliação prévia sem o resultado da perícia a ser realizada, informo desde já o desinteresse na conciliação por ser impossível;

f) Conceder os benefícios da justiça gratuita por assim necessitar, não podendo a parte Autora dispor de meios suficientes para demandar em juízo sem prejuízo próprio, nos moldes da Lei n. 1.060/50;

g) Seja concedido a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, e artigo 373, inciso II do NCPC;

h) Condenar a Requerida ao pagamento das custas processuais e demais consectários legais, bem como ao pagamento dos honorários advocatícios, a serem fixados em 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85 e seguintes do Novo Código de Processo Civil, fixados por apreciação equitativa conforme Art. 85, § 8º do CPC, ou valor correspondente a resolução 02/2015-OAB/MS caso aplicado o Art. 85, § 2º do CPC;

i) Determinar a realização de perícia médica, a ser custeada pela Requerida, acerca da natureza e extensão dos danos causados a parte Autora, devendo ser respondido pelo perito oficial os quesitos formulados que acompanham a presente inicial.

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial a pericial, bem como requer que seja nomeado perito (especialista) por este D. Juízo para responder os quesitos que segue.

Por fim, requer que todas as intimações e publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da advogada Dra. **THAYLA JAMILLE PAES VILA OAB/SE 1.193-A**, sob pena dos efeitos de nulidade.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais)**.

Nestes termos, pede deferimento.

De Campo Grande/MS para Nossa Senhora do Socorro/SE, 31 de janeiro de 2020.

Thayla Jamille Paes Vila
OAB/SE 1.193-A

Arthur Andrade Francisco
OAB/MS 16.303

Rafael Coldibelli Francisco Filho
OAB/MS 15.878

Thayla Jamille Paes Vila
OAB/MS 16.317

Q U E S I T O S P E R I T O :

1) Queira o Sr. Perito elucidar quanto aos danos físicos sofridas pela Parte Autora, se estes são provenientes do acidente ocorrido.

2) Apontar se houve limitação/invalidez permanente e se é possível descrever o local dos traumas, lesões, fraturas, bem como se são compatíveis com o prontuário.

3) Informar se as fraturas geraram perda óssea, limitação dos movimentos e perda ou diminuição de força dos membros/órgãos afetados.

4) Queira o Sr. Perito quantificar o grau de invalidez do periciado nas atividades rotineiras, para o lazer e demais atividades do cotidiano, tais como correr, pular, caminhar por longas distâncias, etc.

5) Queira o Sr. Perito esclarecer acerca da extensão do dano, especialmente se houve limitações físicas ou consequências danosas a órgãos não afetados diretamente pela lesão, mas prejudicados em razão desta.

6) Queira o Sr. Perito esclarecer algo que considere conveniente falar sobre a situação fática.

7) Se houve invalidez permanente total ou parcial.

8) se parcial, de acordo com a tabela anexa a Lei 6.194/74 artigo 3º, §1º, II, alterada pela Lei nº 11.945/09, se esta é considerada como perda anatômica funcional de repercussão intensa, média repercussão, leve repercussão ou apenas sequela residual.

Sede - Av. Alvorada, 121, Jardim dos Estados, CEP 79.002-520 – Campo Grande - MS

Fone (67) 3211-9972 / 3211-9973;

Rua Herculano Pena, n. 330, Centro Sala 01, CEP 79.400-000 - Coxim – MS;

Rua Porto Alegre, n. 259, Siqueira Campos, sala 01, CEP 49.075-480 – Aracaju – SE;

Travessa da Independência, n. 352, CEP 49.200-000 – Estância – SE.



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Socorro

Nº Processo 202088100178 - Número Único: 0000804-35.2020.8.25.0053

Autor: VALDSON DE OLIVEIRA SANTOS

Réu: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

A parte autora justifica sua ausência à perícia, no fato de que foi agendada para realização em Comarca diversa da que reside.

Contudo, tendo em vista que o autor mora em Nossa Senhora do Socorro, situada na mesma região metropolitana de Aracaju onde foi marcada a perícia, não vislumbro razões para a remarcação da prova.

As partes não requereram a produção de outras provas, e, assim, estando a causa madura, anuncio o julgamento, nos termos do artigo 355, I do CPC.

Intime-se requerente para recolher custas finais, no prazo de 15 dias, salvo inexistirem custas a serem pagas ou tratar-se de beneficiário da justiça gratuita (artigo 98, caput, do Código de Processo Civil).

Transcorrido o prazo, venham os autos conclusos para sentença, via link.

JO



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DIORLANDA CASTRO NÓBREGA**, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Socorro, em 24/08/2021, às 21:41:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021001745557-79**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202088100178

DATA:

24/08/2021

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

A parte autora justifica sua ausência à perícia, no fato de que foi agendada para realização em Comarca diversa da que reside. Contudo, tendo em vista que o autor mora em Nossa Senhora do Socorro, situada na mesma região metropolitana de Aracaju onde foi marcada a perícia, não vislumbro razões para a remarcação da prova. As partes não requereram a produção de outras provas, e, assim, estando a causa madura, anuncio o julgamento, nos termos do artigo 355, I do CPC. Intime-se requerente para recolher custas finais, no prazo de 15 dias, salvo inexistirem custas a serem pagas ou tratar-se de beneficiário da justiça gratuita (artigo 98, caput, do Código de Processo Civil). Transcorrido o prazo, venham os autos conclusos para sentença, via link.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100828294

DATA:

08/09/2021

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100828294

DATA:

08/09/2021

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100828294

DATA:

09/09/2021

MOVIMENTO:

Decisão

DESCRIÇÃO:

Diante do exposto, defiro o efeito suspensivo pleiteado, devendo os autos retornarem ao Juízo de origem para ser reaberta a instrução processual, com a realização da prova pericial, prosseguindo-se o feito até o seu julgamento final. Intime-se o Agravado para responder, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015. Comunique-se ao Juízo de origem acerca da concessão do efeito suspensivo. Em seguida, com ou sem manifestação, conclusos.

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Sim

Vistos, etc.

Versam os presentes autos sobre Agravo de Instrumento interposto por VALDSON DE OLIVEIRA SANTO Sem face de decisão proferida nos autos tombados sob o nº 202088100178.

Eis o teor da decisão agravada:

“A parte autora justifica sua ausência à perícia, no fato de que foi agendada para realização em Comarca diversa da que reside. Contudo, tendo em vista que o autor mora em Nossa Senhora do Socorro, situada na mesma região metropolitana de Aracaju onde foi marcada a perícia, não vislumbro razões para a remarcação da prova. As partes não requereram a produção de outras provas, e, assim, estando a causa madura, anuncio o julgamento, nos termos do artigo 355, I do CPC. Intime-se requerente para recolher custas finais, no prazo de 15 dias, salvo inexistirem custas a serem pagas ou

tratar-se de beneficiário da justiça gratuita (artigo 98, caput, do Código de Processo Civil). Transcorrido o prazo, venham os autos conclusos para sentença, via link.”

Em suas razões recursais, o agravante, em síntese, assevera que requereu a redesignação de perícia mas o pedido foi negado pelo Juiz a quo.

Alega que somente a perícia determinará o grau da sequela causada pelo acidente, razão pela qual o indeferimento acarretará claro cerceamento de defesa.

Acrescenta que não merece razão o encerramento da instrução processual, haja vista que a prova é indispensável para a conclusão do feito.

Roga pela concessão do efeito suspensivo.

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

Devidamente instruído com os documentos aos quais se refere o art. 1.017 do CPC, recebo o presente Recurso de Agravo na sua modalidade por instrumento, por entender que se trata de decisão interlocutória prevista no inciso V, do art.1.015 do Código de Processo vigente:

Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:

I - tutelas provisórias;

II - mérito do processo;

III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;

IV - incidente de desconconsideração da personalidade jurídica;

V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;

VI - exibição ou posse de documento ou coisa;

VII - exclusão de litisconsorte;

VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;

IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;

X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;

XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;

XII - (VETADO);

XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.

No tocante ao pedido de concessão de efeito suspensivo, nos termos do que estabelece o art. 995,

parágrafo único, cumulado com o art. 1.019, I, do Código de Processo Civil, faz-se necessária a presença cumulativa de dois requisitos, a saber: a possibilidade de *ocorrência de lesão grave, de difícil ou impossível reparação* E desde que o relator vislumbre desde esta primeira análise a *probabilidade de provimento do recurso*, tudo de acordo com a clara dicção da Lei nº 13.105, que estabelece *in verbis*:

Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.

Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.

Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído

imediatamente, se não for o caso de aplicação do art. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias:

I - poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão;

Da leitura do dispositivo da decisão ora agravada, chego à conclusão que a mesma merece retoques.

Isso porque analisando os requisitos ensejadores à concessão da tutela recursal, tenho que a matéria trazida é dotada de fundamentação relevante à sua concessão, especialmente porque a realização de exame pericial, nesta fase processual, é prova fundamental para o deslinde da questão discutida nos autos.

Preceitua o art. 370 e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil que o Juiz não está obrigado a

deferir todas as provas pedidas pelas partes, podendo indeferir aquelas que julgar protelatórias ou desnecessárias.

Contudo, no caso em liça, o próprio juiz determinou a designação de exame pericial, tendo o Agravante faltado ao local da perícia no dia designado, justificando sua ausência nos autos.

Requerido a redesignação da perícia, o juiz a quo indeferiu o pedido por não vislumbrar nas razões mencionadas pelo Agravante motivo para a remarcação da prova.

Ao meu ver, entendo que restou caracterizado o cerceamento de defesa do Agravante, nesta fase, por ser imprescindível ao deslinde da causa, a realização de prova pericial consistente em exame médico por expert na área.

Por essa razão, entendo, nesta fase de cognição sumária, que **merece ser acolhido o argumento do Agravante**, de que teve seu direito ao contraditório e à ampla defesa cerceados.

Desse modo, concluo ser necessária a reabertura da instrução processual, a fim de que seja realizada a prova pericial e, assim, ser apurada a verdade dos fatos.

Sobre o tema, convém trazer à baila o escólio do processualista Calmon de Passos (*in* Comentários ao Código de Processo Civil, v. III, p. 420), que assim leciona:

(...) “sendo a verdade buscada no processo uma verdade formal, subordinada à preocupação política da pacificação social atribuída ao processo, há um momento considerado ótimo no procedimento e após o qual já não mais se admite cogitar sobre fatos, impondo-se ao magistrado dizer o direito, formando sua convicção com apoio no que se tenha provado nos autos. Este é o momento considerado pelo legislador como adequado para o exame do mérito.” (...)

Diante do exposto, defiro o efeito suspensivo pleiteado, devendo os autos retornarem ao Juízo de origem para ser reaberta a instrução processual, com a realização da prova pericial, prosseguindo-se o feito até o seu julgamento final.

Intime-se o Agravado para responder, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 1.019, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015.

Comunique-se ao Juízo de origem acerca da concessão do efeito suspensivo.

Em seguida, com ou sem manifestação, conclusos.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100828294

DATA:

09/09/2021

MOVIMENTO:

Remessa

DESCRIÇÃO:

Processo remetido para o(a) Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas.

LOCALIZAÇÃO:

Des.Relator

PUBLICAÇÃO:

Não



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100828294

DATA:

09/09/2021

MOVIMENTO:

Recebimento

DESCRIÇÃO:

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100828294

DATA:

10/09/2021

MOVIMENTO:

Disponibilização no diário de justiça eletrônico

DESCRIÇÃO:

Foi disponibilizado no diário de justiça, no dia 10/09/2021, o movimento registrado no dia 09/09/2021, às 10:54:44 :
Decisão >> Concessão >> Liminar

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100828294

DATA:

13/09/2021

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202100801925 do tipo OFÍCIO LIVRE (assinante escrivão) [TM3500,MD2028]

{Destinatário(a): 202088100178 - 2ª Vara Cível de Socorro}

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas
PÇA FAUSTO CARDOSO, 112
Bairro - Centro Cidade - Aracaju
Cep - 49010-903 Telefone - (79)3226-3100

Normal



202100801925

PROCESSO: 202100828294 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0011592-39.2021.8.25.0000
NATUREZA: Agravo de Instrumento
AGRAVANTE: VALDSON DE OLIVEIRA SANTOS
AGRAVADO: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Senhor

Excelentíssimo(a) Juiz(a),

Encaminhamos a Vossa Excelência cópia da decisão proferida nos autos em epígrafe, para cumprimento do seu teor e fins de direito.

Respeitosamente,

Destinatário

Nome: 2ª Vara Cível de Socorro
Endereço: R. Manoel Passos, Fórum Arthur Oscar de O. Deda
Bairro: Centro
Cidade: N. Sra. do Socorro - SE
CEP: 49160000

[TM3500, MD2028]



Documento assinado eletronicamente por **ANA ANGÉLICA PEREIRA RAMOS**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas, em 13/09/2021, às 08:07:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2021001895952-69**.



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

GABINETE DESA. MARIA ANGÉLICA FRANÇA E SOUZA DA COMARCA DE ARACAJU
Praça Fausto Cardoso, Bairro Centro, Aracaju/SE, CEP 49010080
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202100828294

DATA:

13/09/2021

MOVIMENTO:

Ato Ordinatório

DESCRIÇÃO:

Prazo do agravado.

LOCALIZAÇÃO:

Escrivania da 2ª Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas

PUBLICAÇÃO:

Não